

1932 – Perspectivas Históricas da Guerra Paulista

Carlos Roberto Carvalho Daróz ^a

Resumo: A Revolução Constitucionalista de 1932 foi um dos episódios mais marcantes da história política e militar brasileira no século XX, configurando-se como um conflito que transcendeu suas causas imediatas. Liderado pelo estado de São Paulo, o movimento teve como objetivo central a restauração do regime constitucional após a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 e a consequente ruptura da ordem democrática. Este artigo analisa a Revolução de 1932 sob a perspectiva teórica de uma guerra civil, destacando suas características como conflito armado interno, envolvendo a mobilização de forças regionais contra o governo central. Ao explorar os aspectos políticos, sociais e militares do levante, a pesquisa busca compreender o papel desse evento na formação das dinâmicas de poder no Brasil republicano e os legados de sua memória histórica.

Palavras-chave: Revolução Constitucionalista, guerra civil, História Política.

INTRODUÇÃO

A Revolução Constitucionalista de 1932 representou um dos episódios mais emblemáticos da história política e militar do Brasil no século XX. Este movimento, liderado principalmente pelo estado de São Paulo, foi uma resposta direta ao cenário político instaurado após a Revolução

de 1930, que culminou com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder. Marcado pela insatisfação das elites paulistas, que viram seu protagonismo político reduzido e se sentiram traídas pela não convocação de uma Assembleia Constituinte, o levante tinha como objetivo declarado a restauração do regime constitucional, interrompido pelo Governo

^a Coronel de Artilharia, doutor em História. Associado titular emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



Provisório de Vargas. No entanto, sua dimensão e implicações vão muito além de um simples clamor por uma nova Constituição, configurando-se como uma das mais notórias guerras civis brasileiras.

Ao analisarmos o movimento de 1932 sob a perspectiva teórica de uma guerra civil, é essencial considerar as características que definem este tipo de conflito, que, em geral, envolve embates armados entre facções dentro de um mesmo território nacional, com o objetivo de alterar ou contestar a ordem política vigente¹.

Nesse sentido, a Revolução de 1932 ajusta-se a essa definição ao opor o governo central às forças paulistas, que não apenas buscaram reorganizar a estrutura política, mas também reivindicaram autonomia e representatividade para os estados no cenário republicano. A mobilização de tropas, o uso de estratégias militares sofisticadas e a logística envolvida reforçam o caráter de

confronto interno com implicações nacionais.

Outro aspecto relevante é a pluralidade de motivações por trás do conflito, que envolveu tanto questões ideológicas quanto interesses regionais. O movimento constitucionalista era, ao mesmo tempo, uma tentativa de recuperação do protagonismo político paulista e uma luta simbólica por valores republicanos, como o respeito às leis e às instituições. Contudo, a mobilização massiva de civis e militares, a polarização política e os efeitos devastadores sobre as regiões afetadas elevam a Revolução de 1932 ao patamar de uma verdadeira guerra civil, especialmente quando comparada a outros eventos de similar magnitude na história do Brasil.

Por fim, é importante destacar os legados desse conflito, que vão desde a consolidação de um novo pacto político até o fortalecimento do papel das forças armadas na mediação de disputas internas. A Revolução Constitucionalista de 1932 não apenas



expôs as tensões entre o federalismo e o centralismo no Brasil republicano, mas também ilustrou a capacidade de articulação e resistência de grupos regionais frente a um governo centralizador². Sob essa ótica, seu estudo contribui para uma compreensão mais ampla das dinâmicas políticas e sociais que moldaram o Brasil no período entre guerras e lança luz sobre os desafios de se construir uma democracia em um país profundamente desigual e regionalmente diverso.

VARGAS E A CRISE EM SÃO PAULO

Com o triunfo revolucionário de 1930, Getúlio Vargas revogou a Constituição de 1891, instituiu um Governo Provisório, e assumiu o compromisso de convocar uma Assembleia Constituinte. Superadas pela revolução, as elites paulistas reclamaram da demora em elaborar a nova Carta Magna e do tratamento dispensado por

Vargas ao Estado de São Paulo³. Diante do retardo em convocar a Assembleia Constituinte e em razão da nomeação de sucessivos interventores não paulistas para o governo estadual, considerados como estrangeiros no estado, no início de 1932 o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Democrático (PD), opositores históricos, uniram-se formando a Frente Única Paulista, e passaram a fazer oposição a Vargas⁴.

O movimento revolucionário paulista de 1932 foi um dos mais importantes acontecimentos ocorridos no Governo Provisório de Getúlio Vargas. Também chamado de Revolução Constitucionalista e de Guerra Civil Brasileira, segundo a categorização fundada pelo brasilianista Stanley Hilton⁵ e adotada pela historiografia contemporânea brasileira, o levante de 1932 eclodiu em São Paulo, no dia 9 de julho. Durante cerca de três meses de combate, confrontaram-se nos campos de batalha forças rebeldes e legalistas naquele que foi um dos maio-



res e mais importantes conflitos internos já ocorridos no Brasil.

Em 1930, com a revolução que levou Getúlio Vargas ao Palácio do Catete, o sistema político no qual se alternavam no poder os grandes latifundiários de Minas Gerais e São Paulo foi derrubado. Vargas assumiu a presidência do Brasil em caráter provisório, mas com amplos poderes⁶. As instituições legislativas foram abolidas em todos os níveis, desde o Congresso Nacional até as câmaras municipais.

São Paulo havia sido a principal base política do antigo regime, o que levou diversos integrantes do novo Governo Provisório a encararem o estado como um foco de oposição em potencial. Com a Revolução de 1930, os governadores dos estados foram depostos e, em seu lugar, Vargas nomeou interventores de sua confiança, em sua maioria militares ligados ao movimento dos tenentes, desenvolvido na década anterior, que governaram até a aprovação de uma nova

Constituição. A nomeação do líder tenentista pernambucano João Alberto Lins de Barros como interventor em São Paulo desagradou as lideranças locais, que repudiavam a excessiva centralização do governo Vargas e desejavam um interventor que fosse, ao menos, paulista. A nomeação de João Alberto deu início à crise em São Paulo.

Havia, ainda, a insatisfação com a demora na elaboração da nova Constituição, prometida por Vargas, a qual era maior em São Paulo do que em outros estados da federação. A obstrução do poder dos latifundiários paulistas do café pelo poder central e a oposição dos paulistas ao fato de ser nomeado um interventor pernambucano deixaram revoltados os cafeicultores, que vislumbravam readquirir com o novo texto constitucional os poderes e a influência perdidos.

Boicotado pelo próprio secretariado e sem condições políticas para governar, o interventor João Alberto renunciou ao



cargo em julho de 1931. Iniciou-se, então, um período de intensa luta política entre os diversos grupos que buscavam o poder em São Paulo⁷. Em curto espaço de tempo, foram indicados novos interventores, os quais caíram com a mesma facilidade com que assumiram o governo do estado.

EM BUSCA DE APOIOS E A ESCALADA DA CRISE

Em fevereiro de 1932, motivados pela oposição aos interventores e pelo descontentamento reinante, o PD de São Paulo uniu-se oficialmente ao seu antigo rival político, o PRP, dando origem à Frente Única Paulista e levantando a bandeira da constitucionalização do país e do fim do Governo Provisório. A instabilidade em São Paulo tornou-se um problema para o governo central e ultrapassou as fronteiras do estado. Setores políticos de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul se solidarizaram com a campanha constitucionalista,

embora ainda se mantivessem prudentemente alinhados com o governo Vargas⁸.

No início de 1932, Vargas procurou diminuir o ímpeto do movimento, publicando um novo Código Eleitoral que previa a formação de uma comissão para elaborar o anteprojeto da nova Constituição⁹. Nomeou também um novo interventor para São Paulo – desta vez civil e paulista – o embaixador Pedro de Toledo, um homem já idoso e afastado dos círculos políticos, que assumiu o cargo em 7 de março.

No Rio Grande do Sul, onde, a exemplo de São Paulo, se formara a Frente Única Gaúcha, as lideranças políticas também romperam com o Governo Provisório. Diversos ministros gaúchos, como Maurício Cardoso, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura e Batista Luzardo pediram demissão de seus cargos e aderiram à campanha pela constitucionalização do país. O mesmo ocorreu em Minas Gerais, com a organização da Frente Única Mineira.



Em abril, o general Pedro Aurélio de Góes Monteiro, comandante da 2ª Região Militar (RM), com sede em São Paulo, seguindo instruções federais, tentou apaziguar os ânimos da Frente Única Paulista, sinalizando entregar-lhe o governo do estado. No mês seguinte, Oswaldo Aranha, ministro e representante de Vargas, viajou para São Paulo para ultimar as negociações, mas sua presença foi tomada como uma intervenção nos negócios do estado, precipitando violentas manifestações de rua¹⁰. Nos dias 22 e 23 de maio, estudantes e populares queimaram e empastelaram as redações dos jornais pró-Vargas existentes em São Paulo e, nesse conflito, foram mortos quatro manifestantes.

Os quatro mortos no enfrentamento foram Mario Martins de Almeida, Euclides Miragaia, Dráusio Marcondes de Sousa e Antônio Camargo de Andrade. A morte violenta dos quatro jovens deu à “causa da Constituição” seus primeiros mártires, que logo foram elevados à condição

de mitos políticos¹¹. Os anônimos jovens, simples trabalhadores ou estudantes, tornaram-se a verdadeira representação do movimento paulista, “a grande voz da democracia, que nem a morte logrou calar”. As mortes em praça pública serviram para eliminar as poucas diferenças partidárias que ainda persistiam e para aglutinar a sociedade paulista. A sigla formada pelas iniciais de Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo (MMDC), os nomes dos estudantes mortos, tornou-se sinônimo do sacrifício por São Paulo¹². Formou-se a sociedade MMDC, uma organização civil clandestina que, dentre outras atividades, oferecia treinamento militar e desenvolveu intensa campanha de propaganda e alistamento voluntário em diversos postos distribuídos pelo estado.

Fomentada por uma competente campanha na mídia local, a ideia de revolução tomou conta da sociedade, alcançando simpatizantes e adeptos em classes sociais distintas. São Paulo estava confiante na vitória, pois con-



tava com o apoio dos militares de Minas Gerais, do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso. O comandante da revolução seria o general Isidoro Dias Lopes, revolucionário histórico que havia participado das revoltas tenentistas de 1922 e 1924. Os paulistas esperavam receber o apoio da Circunscrição Militar do Mato Grosso, então sob o comando do general Bertoldo Klinger, e das forças militares mineiras e gaúchas.

Pressionado pelo ambiente conflituoso que reinava em São Paulo, Getúlio Vargas fez uma última tentativa de controlar a situação, substituindo no comando da 2ª RM o general Góes Monteiro – ligado ao grupo tenentista e mal visto pelos paulistas – pelo coronel Manoel Rabello. São Paulo vivia um clima de insurreição, embora todos os líderes paulistas tivessem consenso de que a rebelião somente poderia ser deflagrada se dispusessem do apoio do Rio Grande do Sul e, pelo menos, da neutralidade de Minas Gerais¹³.

Temendo novas manobras do Governo Provisório, as frentes únicas de São Paulo e do Rio Grande do Sul acertaram que a revolução teria início se ocorresse algumas das seguintes situações: se houvesse intervenção federal no secretariado paulista do interventor Pedro de Toledo, ou se algum dos chefes militares que apoiavam a causa paulista fosse demitido, dentre os quais os generais Eurico de Andrade Neves, da 3ª RM, no Rio Grande do Sul, e Bertoldo Klinger, comandante da 9ª RM, no Mato Grosso¹⁴.

O ESTOPIM E A DEFLAGRAÇÃO DO MOVIMENTO

Em junho, pressionado pelo grupo dos tenentes junto ao governo, o general José Fernandes Leite de Castro, ministro da Guerra, demitiu-se, sendo substituído pelo general reformado Augusto Inácio do Espírito Santo Cardoso. Um fato que, aparente-



mente, deveria ficar limitado à esfera militar, acabou por precipitar o início do movimento em São Paulo. No dia 1º de julho, o general Bertoldo Klinger, um dos principais líderes e articuladores da conspiração paulista, enviou um ofício ao novo ministro da Guerra em termos insultuosos, questionando, inclusive, o fato de este não possuir o curso de estado-maior, competência ou condições físicas para o desempenho da função ministerial. O ato de indisciplina resultou na destituição do comando da 9ª RM e a reforma administrativa do general Klinger, de modo que, conforme deliberado pelas frentes únicas anteriormente, a exoneração do general configurava um dos motivos para o início das hostilidades¹⁵.

Pedro de Toledo assumiu a liderança civil do movimento, telegrafou a Getúlio Vargas informando-o a respeito de sua demissão do cargo de interventor e, em seguida, foi aclamado

como Governador Constitucionalista de São Paulo.

No dia 9 de julho, o movimento revolucionário ganhou as ruas da capital e do interior de São Paulo. Liderando as forças rebeldes estavam remanescentes da Revolução de 1930, como o general Bertoldo Klinger e o coronel Euclides Figueiredo, a quem coube o planejamento das ações militares. O líder militar mais antigo da revolução e comandante nominal das forças constitucionalistas era o general Isidoro Dias Lopes, embora, na prática, o comando das forças militares coube a Klinger¹⁶. A revolução teve apoio de diversos setores da sociedade paulista, incluindo industriais, estudantes, além de políticos ligados à República Velha ou ao PD. O que os movia era, principalmente, a luta contra o governo Vargas, e, para tal, dezenas de milhares de voluntários apresentaram-se para compor os batalhões paulistas.

De acordo com os planos revolucionários, os três regimentos



de infantaria do Exército Brasileiro sediados no estado, apoiados pelas unidades de artilharia de Itu, Jundiá e Praia Grande, e reforçados pelos batalhões da Força Pública de São Paulo (FPSP), tomaram posição no vale do Paraíba, a fim de marcharem em direção à capital federal. No sul do estado, um batalhão permaneceu em Itararé, aguardando a chegada de tropas gaúchas para, juntos, se deslocarem também para o Vale do Paraíba¹⁷. O porto de Santos foi minado e permaneceu sob o controle da guarnição local, baseada na Fortaleza de Itaipu.

Era para ser uma guerra de uma só frente, no Vale do Paraíba, contando com a neutralidade de Minas Gerais, ao norte, e com o apoio do Rio Grande do Sul e do Mato Grosso. Contudo, as estimativas paulistas não se confirmaram, e a situação se modificou completamente. No sul, satisfeito com as medidas tomadas por Vargas antes do início do movimento, o interventor gaúcho Flores da Cunha alinhou-se com o

Governo Provisório e neutralizou, com sua Brigada Militar, os dissidentes fiéis à causa paulista.

Com a aliança já comprometida, o presidente de Minas Gerais, Olegário Maciel, apoiou o governo Vargas, inicialmente permitindo a passagem de tropas federais procedentes do norte do país e, em seguida, empenhando sua própria Força Pública (FPMG) para dar combate aos constitucionalistas. São Paulo estava só, e a guerra não seria de uma única frente¹⁸. A revolução, a despeito do cuidadoso planejamento, já começava inviabilizada.

AS FRENTES DE COMBATE E AS OPERAÇÕES MILITARES

As operações militares durante a Revolução de 1932 foram executadas em cinco frentes de combate principais: do Vale do Paraíba, Sul (ou paranaense), Mineira, Costeira (ou do Litoral) e do Mato Grosso. Além disso, ações rebeldes alinhadas com a



causa paulista desenvolveram-se no Pará e no Rio Grande do Sul, onde foram prontamente debeladas.

A Frente do Vale do Paraíba foi uma das mais importantes durante o movimento de 1932, onde foram registrados diversos combates e intenso emprego da aviação. O plano paulista previa o avanço das tropas rebeladas em direção ao Rio de Janeiro, pelo eixo balizado pela rodovia Rio – São Paulo e pela ferrovia da Estrada de Ferro Central do Brasil, que ligava a capital paulista à capital federal. As duas vias de acesso corriam ao longo do vale do Rio Paraíba do Sul, limitadas ao norte pela Serra da Mantiqueira e ao Sul pela Serra do Mar.

Nesse setor, as tropas paulistas foram reunidas na 2ª Divisão de Infantaria em Operações (DIO), comandada pelo coronel Euclides Figueiredo, cujas unidades militares desdobravam-se até o setor da Frente Mineira¹⁹. A divisão tinha por objetivo alcançar o Rio de Janeiro, após receber reforços das tropas riogranden-

ses, e forçar a deposição de Getúlio Vargas.

Para dar combate aos rebeldes nessa frente, foi organizado o Destacamento de Exército Leste, sob o comando do general de brigada Pedro Aurélio de Góes Monteiro, homem de confiança do presidente Getúlio Vargas, antigo comandante da 2ª RM em São Paulo e considerado um dos oficiais mais destacados do Exército Brasileiro em sua época²⁰. O destacamento foi constituído pelas 1ª e 4ª Divisões de Infantaria (DI), reforçadas por tropas federais e estaduais procedentes das Regiões Norte e Nordeste, além de unidades da FPMG.

A missão geral do Destacamento de Exército Leste era assim definida:

Barrar ao inimigo o caminho do Rio de Janeiro e garantir as comunicações para Minas; agir ofensivamente para interceptar as comunicações de São Paulo com o interior, procurando dar a mão ao Dest. de Ex. do Sul, fazendo o esforço



principal na direção geral de Campinas.²¹

O general Góes Monteiro articulou o Destacamento de Exército Leste em dois agrupamentos, passando a 4ª DI reforçada a atuar na Frente Mineira, sob o comando do general de brigada Jorge Pinheiro, e permanecendo a 1ª DI reforçada na Frente do Vale do Paraíba, sob seu comando pessoal. Contava a 1ª DI, no princípio das ações, com efetivo inicial de cerca de 9 mil homens²².

A Frente Mineira estendia-se ao longo da divisa de Minas Gerais com São Paulo, até as proximidades de Uberaba. Nessa linha, aproveitando o terreno com relevo bastante movimentado, onde era difícil a manobra com tropas, os rebeldes mobilizaram unidades da FPSP, desdobradas entre Bragança Paulista e Guaxupé. Para combatê-los, foi designada a 4ª DI reforçada, grande unidade pertencente ao Destacamento de Exército Leste, com

uma força de combate de 4.340 homens²³.

Apesar de terem sido verificados diversos combates na Frente Mineira, inclusive com características semelhantes à guerra de trincheira da Primeira Guerra Mundial, ela era considerada uma frente secundária, com a finalidade de impedir a chegada de reforços para São Paulo e cobrir o flanco norte da 1ª DI, que realizava o esforço principal no Vale do Paraíba.

A Frente Sul, ou paranaense, também foi de extrema importância na campanha contra os revolucionários paulistas. Materializada pela divisa entre os Estados de São Paulo e Paraná, também recebeu considerável quantidade de tropas paulistas. Os rebeldes dividiram seu efetivo em dois setores principais: baixo Parapanema, ao longo da rodovia que conduzia ao Paraná, sob o comando do coronel Pedro Dias de Campos, da FPSP; e Itararé-Ribeira, comandado pelo coronel Brasília Taborda, do



exército, que havia fugido do Rio de Janeiro para unir-se aos paulistas logo no início do movimento.

As forças governistas foram organizadas no Destacamento de Exército Sul, composto pelas 3ª e 5ª DI e pelas 1ª, 2ª e 3ª Divisões de Cavalaria (DC), todas com soldados do sul do país, por batalhões das forças públicas do Paraná e de Santa Catarina, além de unidades da Brigada Militar do Rio Grande do Sul. Sob o comando do general de brigada Waldomiro Castilho de Lima, a missão geral do destacamento era a seguinte:

Penetrar rapidamente com seu grosso em direção geral da cidade de São Paulo, no eixo da via férrea São Paulo-Rio Grande, a fim de investir a capital do Estado, em ligação com as forças do Dest. de Ex. de Leste, cobrindo-se do lado de Mato Grosso, cujas comunicações interceptará.²⁴

O setor foi o que registrou os combates de maior vulto. Pressionados e em inferioridade numé-

rica, os paulistas procuraram trocar espaço por tempo, realizando uma manobra de retardamento em benefício de sua ação principal na Frente do Vale do Paraíba.

Os revolucionários mato-grossenses não conseguiram unir-se aos paulistas conforme haviam planejado. As tentativas foram impedidas em Porto Murтинho e Coxim. As forças governistas eram constituídas pelo destacamento do coronel Rabelo, com atuação também em Minas, na direção de Ponta Porã e sobre a localidade de Campanário²⁵. A luta pela posse de Porto Murтинho foi bastante intensa, visto que a cidade era considerada vital para os revolucionários, pois de lá poderiam exportar sua produção de café, impedida de sair pelo porto de Santos, bloqueado pela Marinha do Brasil. Somente no dia 12 de setembro, os governistas conseguiram controlar Porto Murтинho, acabando com as últimas esperanças revolucionárias de apoio em recursos externos.



Na Frente Costeira, os revolucionários tinham como missão a defesa do porto de Santos, com o forte de Itaipu, e a cidade de Santos, com o Batalhão de Caçadores e duas companhias do Exército. Outra missão dessa frente era defender o flanco revolucionário, em Cunha, contra a ação de tropas, particularmente navais, lançadas a partir de Paraty. Os governistas realizaram o bloqueio naval do porto de Santos com uma Divisão Naval, contando, inclusive com apoio da aviação. Um destacamento de fuzileiros navais foi lançado de Paraty na direção de Cunha, onde logrou fixar as forças paulistas. No setor de Santos, não houve combates, somente divergências entre autoridades revolucionárias por questões hierárquicas e alguns bombardeios pontuais da aviação naval.

Os paulistas lutaram sozinho contra o poder militar existente em todos os outros estados, incluindo as forças militares do exército e as unidades das forças públicas estaduais, deslocadas

para o Sudeste por ordem de Getúlio Vargas. Na retaguarda, a sociedade paulista se uniu para ajudar em tudo o que fosse necessário, voluntários civis, lutando como soldados ou atuando como padioleiros, além de pilotos de aeroclube que se tornaram, pela necessidade, aviadores de combate. Também engajadas no movimento, as mulheres costuravam uniformes, trabalhavam nas fábricas, atuavam como enfermeiras nos hospitais e proviavam a alimentação que era enviada aos combatentes²⁶.

O FIM DO MOVIMENTO DE 1932

Em meados de setembro já se começava a falar em armistício. Após dois meses de intensa luta, a insustentável situação econômica de São Paulo e a falta de suprimentos e de munição refletiam o abatimento moral do comando político do movimento. A dura realidade decorrente da ausência dos apoios prometidos,



principalmente dos gaúchos, em razão de Flores da Cunha, seu interventor, haver apoiado o Governo Provisório, demonstrava claramente a inviabilidade de êxito militar da Revolução.

A linha Guaratinguetá foi bombardeada fortemente na tarde de 20 de setembro, por aviões e artilharia. Com a perda de Cunha para os fuzileiros navais e o isolamento da região de Cruzeiro, facilitando o livre acesso de tropas legalistas mineiras ao Vale do Paraíba, o anel governista foi-se fechando em torno de Guaratinguetá, onde se concentravam as últimas esperanças revolucionárias²⁷.

Vendo que a derrota e ocupação do estado eram questão de tempo, as tropas da FPSP foram as primeiras a capitular, no final de setembro. Com o colapso da defesa paulista, o general Bertholdo Klinger determinou a rendição de suas forças no dia 2 de outubro de 1932²⁸.

A guerra de 1932 provocou um rápido desenvolvimento nas técnicas de combate e na arte da

guerra no Brasil. Foram desenvolvidos protótipos e produtos artesanais para emprego em combate, tais como, carros blindados, metralhadoras antiaéreas, morteiros, lança-chamas e canhões.

A maior inovação trazida ao campo militar no Brasil, no entanto, foi o emprego da aviação. Tanto o governo federal quanto as forças constitucionalistas fizeram uso de aeronaves de combate, que cumpriram missões de ataque, bombardeio, reconhecimento, propaganda, caça, observação do tiro de artilharia, dentre outras. No conflito, foram registrados: combates aéreos (inclusive sendo abatido o primeiro avião em batalha na América do Sul); bombardeios contra cidades, tropas e campos de aviação; ataque aéreo contra o cruzador *Rio Grande do Sul*, que atuava no bloqueio naval ao porto de Santos. Depois de 1932, o Exército Brasileiro e a Marinha do Brasil não mais puderam prescindir de suas respectivas



aviações nas operações militares²⁹.

Também merece destaque a utilização dos trens de combate, de suprimentos e hospitais; a mobilização de pessoal e material; a introdução das armas antiaéreas no Brasil; a espionagem; a adaptação do parque industrial paulista para a produção bélica; o emprego de blindados; e a guerra psicológica e de propaganda³⁰.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A guerra de 1932 foi um dos maiores movimentos armados internos ocorridos no país, rivalizando com a Guerra dos Farrapos do século XIX. Do lado paulista, estima-se que foram perdidas cerca de 634 vidas humanas, embora cálculos extraoficiais registrem mais de mil mortos paulistas. Do lado federal, nunca foram liberadas listas ou registrando a quantidade de mortos e feridos³¹. Seguramente, o conflito interno provocou mais baixas

do que as sofridas pela Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra Mundial.

A derrota militar, no entanto, se transformou em vitória política para São Paulo. Com o fim da Revolução de 1932, os principais líderes paulistas foram presos e deportados para Portugal, mas, ao ver seu governo em risco, Getúlio Vargas deu início ao processo de reconstitucionalização do país, levando à promulgação, em 1934, de uma nova Carta Magna. Embora a maioria dos deputados constituinte fosse pró-Vargas, a nova Constituição estabeleceu o fim do Governo Provisório, um dos objetivos iniciais dos paulistas, e restituiu, ainda que em parte, a autonomia pretendida, tendo sido nomeado como interventor no estado, em 1933, Armando Sales de Oliveira, um político civil e paulista³².

Apesar da derrota nos campos de batalha, nos anos subsequentes a Revolução Constitucionalista de 32 foi sacralizada, e elevada a momento simbólico de uma identidade regional paulista



de profunda penetração no imaginário social do estado. À criação de mitos, como os jovens manifestantes MMDC, seguiu-se a aderência de novos elementos à cultura política que já existia em São Paulo. Se antes era marcante a defesa da reconstitucionalização do país e o clamor pelo regresso ao prestígio e protagonismo perdidos de São Paulo com a Revolução de 1930, depois de 1932 foram acrescentadas a ideia de um combate “em defesa da Lei” e “do interesse nacional”, a luta “pela democracia” e o voluntarismo do povo paulista, além de novos elementos simbólicos, como o “9 de Julho”, o capacete de aço, o uniforme cáqui e a onipresente bandeira estadual alvinegra, que, a despeito de haver sido idealizada no final do século XIX, somente recebeu as honras de culto cívico após o movimento de 1932³³.

Para os paulistas, a Revolução de 1932 transformou-se em símbolo máximo de São Paulo, lembrado pelo feriado no dia 9

de julho, convertido em data magna do estado em 1997.

Curiosamente, a revolução é mais fortemente comemorada na cidade de São Paulo do que no interior do estado, onde a destruição e as mortes provocadas pela ação do governo Vargas ainda são vivamente recordadas e reverenciadas, com desfiles, entrega de condecorações e cerimônias cívicas.

BIBLIOGRAFIA

ARMITAGE, D. *Civil wars: a History in ideas*. New York: Alfred A. Knopf, 2017.

CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DARÓZ, Carlos. *Trincheiras de papel: a guerra civil de 1932 nas páginas dos jornais*. 2018. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói. 2018.

DARÓZ, Carlos. *Um céu cinzento: a história da aviação na Revolução de 1932*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2017.



DONATO, Hernani. *A revolução de 1932*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da revolução constitucionalista de 1932*. São Paulo: Martins, 1977.

HILTON, Stanley. *1932: a guerra civil brasileira*. São Paulo: Nova Fronteira, 1982.

NOTAS

¹ ARMITAGE, D. *Civil wars: a History in ideas*. New York: Alfred A. Knopf, 2017.

² DARÓZ, Carlos. *Trincheiras de papel: a guerra civil de 1932 nas páginas dos jornais*. 2018. 168f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, Niterói. 2018.

³ HILTON, Stanley. *1932: a guerra civil brasileira*. São Paulo: Nova Fronteira, 1982.

⁴ CAPELATO, Maria Helena. *O movimento de 1932: a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

⁵ HILTON, op.cit.

⁶ DONATO, Hernani. *A revolução de 1932*. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

⁷ Ibid.

⁸ CAPELATO, op.cit.

⁹ HILTON, op.cit.

¹⁰ DONATO, op.cit.

¹¹ Ibid.

¹² Ibid.

¹³ FIGUEIREDO, Euclides. *Contribuição para a história da revolução constitucionalista de 1932*. São Paulo: Martins, 1977.

¹⁴ Ibid.

¹⁵ Ibid.

¹⁶ HILTON, op.cit.

¹⁷ DARÓZ, 2018, op.cit.

¹⁸ DONATO, op.cit.

¹⁹ FIGUEIREDO, op.cit.

²⁰ DARÓZ, 2018, op.cit.

²¹ Projeto para servir de base aos estudos de organização do Exército em Campanha, de 4 de setembro de 1932, do comandante do Destacamento de Exército Leste. Acervo Revolução de 1932. Arquivo Histórico do Exército.

²² DARÓZ, 2018, op.cit.

²³ Ibid.

²⁴ Projeto para servir de base aos estudos de organização do Exército em Campanha, de 4 de setembro de 1932, do comandante do Destacamento de Exército Leste, op.cit.

²⁵ DONATO, op.cit.

²⁶ DARÓZ, 2018, op.cit.

²⁷ FIGUEIREDO, op.cit.

²⁸ HILTON, op.cit.



²⁹ DARÓZ, Carlos. *Um céu cinzento: a história da aviação na Revolução de 1932*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2017.

³⁰ DONATO, op.cit.

³¹ HILTON, op.cit.

³² Ibid.

³³ DARÓZ, 2018, op.cit.